



O comércio ilegal de Armas de Fogo e o PoA: Desafios Globais na Regulamentação e Controle¹

Illegal Firearms Trade and the PoA: Global Challenges in Regulation and Control

40

Erika Gislene da Silva

Mestra em Relações Internacionais (UFABC); Pós-graduação em Política e Relações Internacionais (FESPSP); Especialização em Ciência Política (UMinho); Licenciatura em História (UNICID); Graduação em Jornalismo pela (USCS); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Temas de Segurança Internacional Abrangente e Humana (GEPETSIAH).

¹ Recebido para Publicação 10/07/2004. Aprovado para Publicação em 15/10/2024.

DOI <https://doi.org/10.5281/14727955>.

O conteúdo deste artigo é uma adaptação do capítulo 2 da dissertação de mestrado da autora, como o título “A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O COMÉRCIO ILEGAL DE ARMAS: Uma análise da iniciativa brasileira”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, ano 2023. O trabalho foi realizado com apoio de bolsa com recursos da Fundação Universidade Federal do ABC.





Resumo

O artigo analisa a criação e evolução do “Programa de Ação para a Prevenção, Combate e Erradicação do Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leves em todos seus aspectos” respondendo à pergunta: Como se deu o processo de criação e evolução do programa de Ação (PoA) das Nações Unidas para combater o comércio ilícito de armas de fogo e munições? O objetivo específico: analisar os impactos gerados para a segurança internacional pela falta de controle na circulação de armas. Os métodos utilizados incluem a análise documental e a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Segurança Internacional; Controle de armas; Violência; Homicídios; Armas leves.

41

Abstract

This article examines the creation and evolution of the "Programme of Action to Prevent, Combat, and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects," addressing the question: How did the process of creating and evolving the United Nations Programme of Action (PoA) to combat the illicit trade of firearms and ammunition unfold? The specific objective is to analyze the impacts caused to international security by the lack of control in the circulation of arms. Methods employed include document analysis and literature review.

Keywords: International Security; Arms control; Violence; Homicides; Light weapons.





Introdução

A proliferação e o tráfico ilícito de armas pequenas e armamentos leves ganharam atenção internacional em meados da década de 1990, tornando-se uma preocupação global contínua. A facilidade de circulação, assim como sua falta de controle, tornou-se um desafio mundial e uma ameaça à segurança internacional. Como objetivo de enfrentar esse desafio, a Organização das Nações Unidas (ONU) impulsionou diversas iniciativas que resultaram no “Programa de Ação para a Prevenção, Combate e Erradicação do Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leves em todos seus aspectos” (PoA ou Programa de Ação).

O Programa de ação tem como objetivo indicar caminhos que possam solucionar as questões referentes à proliferação descontrolada dessas armas, desempenhando um papel importante nos esforços internacionais de desarmamento e controle da circulação de armas e munições. Este artigo tem como objetivo geral traçar o processo de criação e evolução do PoA respondendo à pergunta: Como se deu o processo de criação e evolução do programa de Ação (PoA) das Nações Unidas para combater o comércio ilícito de armas de fogo e munições? O objetivo específico: analisar os impactos gerados para a segurança internacional pela falta de controle na circulação de armas. **42**

O artigo está dividido em duas seções, a primeira explora a definição, características e os impactos da proliferação ilícita das armas de fogo na segurança internacional. Na segunda seção, é discutida a criação e evolução do PoA. Esta pesquisa será baseada em uma revisão bibliográfica e documental de estudos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e governamentais, e fontes de dados relevantes.

Definições e características de armas de fogo e armamentos leves

O dicionário eletrônico Michaelis (2023), define armas como: “Instrumento, mecanismo ou substância de ataque ou de defesa em uma luta ou batalha”. Arma de fogo: “aquela que arremessa projéteis por efeito da deflagração de uma carga explosiva; queimante”. De forma técnica, o Decreto Nº 3.665 de Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), revogado em 2019, no art. 3º, XIII, definiu





arma de fogo como: “arma que arremessa projéteis empregando a força expansiva dos gases gerados pela combustão de um propelente confinado em uma câmara que, normalmente, está solidária a um cano que tem a função de propiciar continuidade à combustão do propelente, além de direção e estabilidade ao projétil” (Brasil, 2000a).

As armas não possuem uma classificação única e universal, e por isso podem ser classificadas por diversos critérios e características. De acordo com a cartilha elaborada pelo Serviço de Armamento e Tiro da Academia Nacional de Polícia e pela Comissão Nacional de Credenciamento de Instrutores de Armamento (Brasil, 2017, p. 2-6), às armas de fogo são classificadas por sete características, quanto ao tamanho: curtas ou longas, quanto a portabilidade: de porte, portáteis ou não portáteis, quanto ao sistema de carregamento: antecarga, retro carga manuais ou retrocarga automáticas, quanto ao funcionamento: de repetição, semiautomáticas ou automáticas, quanto ao sistema de acionamento: ações simples, ações duplas ou dupla ações, quanto ao alma do cano: lisas ou raiadas e quanto ao uso: de uso restrito ou de uso permitido. 43

Para o propósito deste trabalho, vai interessar a classificação das armas quanto à portabilidade². Segundo definição do Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados, em vigor, no art.º 3, incisos VII, VIII e IX, as armas de fogo de porte e portáteis são equipamentos projetados para uso individual. As armas de porte “podem ser disparadas pelo atirador com apenas uma das mãos, tais como pistolas, revólveres e garruchas”. Enquanto as armas portáteis exigem, ambas as mãos para a realização eficiente do disparo, tais como fuzil, carabina, espingarda, metralhadoras e submetralhadoras (Brasil, 2021c).

As armas de fogo não portáteis são “as armas de fogo que, devido às suas dimensões ou ao seu peso, precisam ser transportadas por mais de uma pessoa, com a utilização de veículos, automotores ou não; ou sejam fixadas em estruturas permanentes” (Brasil, 2021c). O governo brasileiro adota uma abordagem alinhada com a ONU no que diz respeito ao porte de tais equipamentos, seguindo a distinção entre Armas Pequenas e Armas Leves. A ONU também categoriza e define esses armamentos como armas de fogo de

² Com o intuito de facilitar a redação do presente trabalho, a denominação utilizada para fazer referência a armas de fogo de porte e portáteis, os equipamentos projetados para uso individual será daqui em diante, como “armas de fogo” para “*Small Arms*” e armamentos leves para “*Light Weapons*”.





pequeno porte, (*small arms*) para o uso individual e armamentos leves, (*Light Weapons*) para o uso de duas ou mais pessoas, conforme estabelecido no “Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leves em Todas as Suas Dimensões, PoA (UNGA, 1997a, p. 11-12).

Segundo a ONU as Minas Antipessoais não são consideradas “*Small Arms*” ou “*Light Weapons*”, mas sim “armas explosivas”, e são tratadas por convenções internacionais específicas como: A Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição, também conhecida como Convenção de Proibição de Minas Antipessoal, Convenção de Ottawa ou Tratado de Proibição de Minas, de 1997 (UN, 1997). Por outro lado, as granadas são consideradas armas leves (UNGA, 1997a).

44

Ameaça à Segurança Internacional: as Armas de fogo e Armamentos Leves

O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviética - URSS, contribuiu para a propagação descontrolada e negligenciada das armas, entre elas as armas de fogo. Durante a guerra fria, a URSS destinou muitos recursos para gastos militares, o que significa a fabricação de armas em excesso (Danczuk, 2016). A respeito disso, a prática comercial de armamentos durante a guerra fria era parte da estratégia de segurança da época, os cinco Estados membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mantiveram a estratégia com seus aliados, o que trouxe consequências graves no pós-guerra fria (Greene, 1999).

Com o fim da União Soviética, os novos Estados transformaram os estoques de armas herdados em mercadorias. O que outrora serviu como força militar, passou a ser comercializado sem controle, não só entre Estados, mas também para movimentos separatistas, grupos terroristas e outros grupos não estatais, abastecendo principalmente as guerras civis que marcaram a década de 1990 (Danczuk, 2016). E décadas após o fim da Guerra Fria, o cenário internacional ainda é marcado por uma constante disseminação de armas de fogo. A circulação sem controle e negligenciada, tornou-se um dos principais problemas de segurança internacional.





Segundo o relatório da PNUD (UNDP, 2002, p.1), *“Small Arms and Light Weapons”*, dos 49 maiores conflitos armados da década de 1990, 47 foram lutados com armas de fogo. Mais de meio milhão de homicídios por arma de fogo foram registrados neste período, cerca de 300 mil em conflitos. Em 2002, o mundo alcançou a marca de aproximadamente 600 milhões de armas de fogo e armamentos leves em circulação (UNDP, 2002, p.1).

Se, durante a década de 1990, a maioria das vítimas de armas de fogo estavam em regiões marcadas por guerras, dados recolhidos entre os anos 2004 e 2009 revelam mudanças importantes. Neste período, ao menos 526 mil pessoas foram mortas por ano. Dessas vítimas fatais, 396 mil estavam em regiões sem guerras, enquanto 55 mil pessoas morreram em locais de conflitos diretos. Além disso, 54 mil mortes foram classificadas como homicídios "involuntários" e 21 mil ocorreram durante intervenções militares legais (Nasser, 2014, p.147). Nos anos seguintes, os números continuam subindo. Em 2012, 1,3 milhões de mortes foram registradas em decorrência da violência, estima-se que 475 mil pessoas no mundo foram vítimas de homicídios. A cada dois homicídios, um foi cometido por armas de fogo (OMS 2014, 8-9). 45

Segundo Stohl (2007), a grande circulação de armas de fogo e seu mau uso devastam os países em guerra e prejudicam os países “pacíficos”, que frequentemente apresentam taxas de homicídios por armas de fogo maiores do que países em guerras. Além disso, o combate a violência armada gera custos diretos e indiretos para os Estados. No caso da América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, estima-se que a região gastou por ano entre 140 e 170 bilhões de dólares durante a década de 1990 (Stohl, 2007, p. 36).

A publicação do estudo Global Study on Homicide 2019, (UNODC, 2019, p.12) apontou a atividade criminosa como a principal causa de mortes violentas no século XXI, só no ano de 2017 o crime organizado fez 464 mil vítimas de homicídios, número muito levado se comparado com o número 89 mil mortos em conflitos armados e as 26 mil vítimas fatais do terrorismo. Segundo o estudo, entre os anos de 2000 e 2017, o crime organizado e as gangues foram responsáveis por uma média de 65 mil assassinatos por ano no mundo.

Essa realidade torna o tráfico de armas consideravelmente mais complexo que o tráfico de drogas, conforme destacado por Silva (2020), ao ressaltar a prolongada vida útil das armas. Estima-se que entre 10% e 20% do total comercializado legalmente possa ser desviado para comércio ilícito (UNODC, 2010, p.129).





Portanto, o aumento nas transferências legais não apenas contribui para o aumento da circulação de armas legais na sociedade, como também alimentam o mercado ilegal de armas.

Para a ONU (2021) analisar e controlar o crescimento do comércio legal de armas de fogo é importante, pois a arma possui uma longa durabilidade e sua utilização ou circulação pode se prolongar por anos, correndo o risco de em algum momento, desde a fase de produção até o seu uso final, ser desviada ou contrabandeada para alimentar o comércio ilegal entre grupos armados não estatais, organizações criminosas e terroristas. Estima-se que entre 10% e 20% do total comercializado legalmente possa ser desviado para comércio ilícito (UNODC, 2010, p.129). Segundo Silva (2020), essa realidade torna o comércio ilícito de armas de fogo mais complexo que o tráfico de drogas.

Em 2017, a estimativa do “estoque global” de armas de fogo em circulação era de mais de um bilhão, onde 85% (cerca de 857 milhões) estavam nas mãos de civis, 13% (133 milhões) pertenciam a arsenais militares e 2% (23 milhões) eram de propriedades de agências de aplicação da lei. Entre os anos de 2006 e 2016 foi registrado o aumento de 15,7% no estoque, grande parte dessa elevação está principalmente relacionada a estimativa de 32% no aumento da posse de armas de fogo por civis (Karp, 2018, p. 4). Análises mais recentes, realizadas em 2021, indicam um aumento de 22,17% na transferência, valor estimado em 6,4 bilhões de dólares (Un Comtrade, 2023). **46**

Em relação ao mercado ilícito mundial de armas pequenas, estima-se que ele movimenta por anos, algo entre 170 e 320 milhões de dólares americanos (UNODC, 2010, p.129). Segundo análise da UNODC (2020, p.7), sobre o comércio ilícito de armas pequenas, a média mundial estimada é de 555.000 armas apreendidas anualmente. A pesquisa compilou dados de 81 países referentes aos anos de 2016 e 2017. No entanto, segundo a UNODC (2020), o número real de apreensões em escala global pode ser significativamente maior, já que alguns países subnotificam suas apreensões por questões administrativas. Destaca-se que as pistolas são as armas mais apreendidas, e a região das Américas lidera nesse tipo de ocorrência.

Com referência ao comércio mundial ilícito de armas de fogo, a movimentação anual estimada gira em torno de \$170 e \$320 milhões de dólares americanos (UNODC, 2010, p.129). Aproximadamente 555 mil armas foram apreendidas entre os anos 2016 e 2017 (UNODC, 2020, p.7). Em cinco anos (2016 a 2020), mais de dois milhões e quatrocentas mil armas de fogo e trezentas mil e setecentas munições foram apreendidas.





Mais de 50% das apreensões são pistolas (UNODC, 2023)³. Segundo a UNGA (2016), as armas de fogo e munições entram para o comércio ilícito através de roubo, revenda e corrupção.

Com o avanço do crime organizado transnacional (e da globalização⁴), o comércio ilegal de armas de fogo e munições adquiriu mais atenção da comunidade internacional nos últimos anos e tornou-se um mercado lucrativo para os criminosos (Silva, 2020). As armas de fogo e munições têm a facilidade de circulação nas fronteiras, por serem dispositivos pequenos, de difícil rastreamento e fáceis de transportar (Hartung, 2018).

Portanto, ao longo das últimas décadas, houve uma preocupação internacional crescente para lidar com os desafios na regulamentação, controle e transparência na fabricação e comercialização de armas de fogo, armamentos leves e munições, o que levou o tema em pauta na agenda internacional e o PoA surge como resultado de anos de discussões em fóruns organizados pela ONU. **47**

Duas décadas do Programa de Ação das Nações Unidas - PoA

De acordo com o Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU, os Estados africanos têm o direito de “adquirir ou produzir as armas necessárias para atender às suas necessidades legítimas em termos de segurança nacional e ordem pública de acordo com a Carta das Nações Unidas e outras normas e princípios unidos pelo direito internacional” (CSNU, 1998, p.1-2). Embora a ênfase no texto esteja nos Estados africanos, é importante ressaltar que o direito em questão se aplica a todos os Estados, independentemente de sua localização geográfica ou contexto histórico.

Isso indica que a criação de um regime voltado para a restrição da produção, comercialização e circulação de armas pequenas se choca com o direito doméstico de manter a ordem e segurança pública para estabelecer a segurança nacional. De fato, a falta de controle, tanto na fabricação quanto na

³ Os dados apresentados nesta pesquisa foram levantados de um banco de dados em constante atualização (datas UNODC). As informações podem sofrer alterações ao longo do tempo, e os valores aqui mencionados correspondem à data de consulta específica indicada nas referências bibliográficas nesta pesquisa (17 jul. 2023).

⁴ Adendo da autora.





comercialização desses artefatos, tem sido um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da violência em escala global, como já demonstrado anteriormente. Isso, por sua vez, levou os governos e as organizações internacionais a incluírem na agenda internacional a necessidade de criar formas eficazes de controlar e reduzir a circulação em massa de armas pequenas e armamentos leves em todo o mundo.

Assim sendo, em 1996 a ONU lança um processo político cujo objetivo era combater os efeitos negativos da proliferação de armas de fogo e armamentos leves. Na ocasião foi solicitado ao Secretário-Geral da ONU a organização de grupos de trabalho com especialistas governamentais para discutirem o tema relacionado a proliferação e os desvios ilegais de armas pequenas e armamentos leves (UNGA, 1997b). Os grupos de trabalho documentaram suas avaliações em dois relatórios, os quais foram disponibilizados aos Estados-membros da ONU nos anos de 1997 e 1999 (UNGA, 1997b; UNGA, 1999)

48

Com base nestes relatórios, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) tomou a decisão de organizar uma conferência que resultou no acordo preliminar de julho de 2001, intitulado Programa de Ação/PoA. O objetivo deste programa é reduzir o sofrimento humano e minimizar as consequências negativas decorrentes da violência envolvendo armas pequenas (Efrat, 2010). O PoA é um documento que estabelece um conjunto de normas e diretrizes com o propósito de facilitar a implementação de medidas práticas para controlar o comércio ilícito de armas de fogo e armamentos leves em nível mundial, regional e nacional. O documento também promove a cooperação e assistência internacional entre os Estados. A ideia é incentivar ações de apoio àqueles que possam encontrar desafios na implementação das medidas sugeridas pelo programa (Parker; Wilson, 2016).

É necessário enfatizar que, embora a principal preocupação da conferência fosse o comércio ilícito das armas pequenas e armamentos leves, não se pode negar a correlação do comércio legal e ilícito, uma vez que as armas usadas em conflitos ou atividades criminosas começaram sua existência como armas produzidas e negociadas legalmente e que em algum momento migraram para um círculo ilícito, como já tratado neste artigo. Esse problema gerou um certo desacordo entre os Estados, e a definição: “em todos os seus aspectos” no título da conferência, abriu caminho para uma avaliação abrangente de todas as áreas envolvidas, desde a produção, armazenagem e comércio. Embora limitado, essa avaliação serviu para colocar as armas pequenas e armamentos leves na agenda internacional de segurança e paz (Krause, 2002).





O Programa de Ação coloca o Estado como principal responsável na prevenção do comércio ilícito de armas de fogo. E orienta os Estados a estabelecerem ou fortalecerem diversas medidas em várias áreas para o combate ao comércio ilícito. As medidas são agrupadas por níveis: Nacional, Regional e Global (Parker; Wilson, 2016; Krause, 2002).

De acordo com Krause (2002), as principais medidas do “Programa de ação” incluem: o reforço da legislação nacional e a regulamentação relativa à produção e a transferência de armas pequena e armamentos leves, bem como a garantia da marcação de todas as armas pelos fabricantes para facilitar a identificação e o rastreamento das mesmas pelas autoridades nacionais. Além disso, o Programa incentiva o aumento voluntário na transparência da produção e do comércio de armas e nos programas nacionais de desarmamentos e a destruição de armas apreendidas pelas autoridades.

49

O PoA sugere aos Estados a apresentação voluntária, a cada dois anos, de um relatório sobre a implementação dessas medidas, e em conferências periódicas, analisam a execução do programa nos múltiplos níveis. A cada seis anos, uma conferência é realizada para avaliar o progresso efetivo da implementação do Programa (Parker; Wilson, 2016).

No entanto, há três condições que fragilizam o PoA. Em primeiro lugar, a linguagem do documento não é restritiva, deixando margens para que os Estados desempenhem suas interpretações através de cláusulas como "quando aplicável", "conforme apropriado", "quando necessário" ou "de forma voluntária". Em segundo lugar, não foram incluídas no "Programa de Ação" muitas questões importantes, como, por exemplo, negociar um mecanismo internacional para rastrear armas pequenas ilícitas (apenas um estudo de viabilidade da ONU foi acordado) ou definir uma regulamentação para o porte civil de armas e aumentar a transparência na produção, armazenagem e comércio. E, em terceiro lugar, os documentos não contêm medidas concretas em relação à destruição de armas excedentes, estoques seguros ou punições para traficantes, ou para aumentar a segurança de grupos vulneráveis (Krause, 2002).

O PoA é um acordo político que não possui valor legal, deixando a implementação e manutenção a escolha dos Estados. E essa condição é a principal crítica de Efrat (2010), em seu artigo, *“Toward Internationally Regulated Goods: Controlling the Trade in Small Arms and Light Weapons. International Organization”*, ele conclui que há um interesse tanto do Estado exportador, quanto do importador que programas como, por exemplo, o PoA, não tenham forças legais.





O Programa de Ação abrange um largo território de temas e medidas de controle. Desde a sua adoção em 2001, através de suas reuniões, foram desenvolvidos vários instrumentos complementares e de expansão. Estes incluem o Instrumento Internacional de Rastreamento, os relatórios e comissões dos grupos de especialistas governamentais, o Tratado sobre o Comércio de Armas ATT (sigla em inglês⁵), e as ações de controle de transferências, importações e trânsito com o Instrumento Internacional de Rastreio (ITI sigla em inglês⁶) (Parker; Wilson, 2016).

Ao longo de duas décadas, o programa realizou sete Reuniões Bienais de Estados (BMS, sigla em inglês⁷), nos anos 2003, 2005, 2008, 2010, 2014, 2016 e 2021, além de duas Reuniões abertas com Especialistas Governamentais (MGE, sigla em inglês⁸), em 2011 e 2015 e três Conferências de revisão e avaliação (RevCon, sigla em inglês⁹), em 2006, 2012 e 2018, todos os encontros foram realizados na sede da 50 ONU em Nova Iorque, com exceção de 2021, que foi online devido à pandemia do Covid-19 (UNODA, [s.d.]).

Em dezembro de 2022, a UNODA com o financiamento da União Europeia, iniciou a implementação de um projeto plurianual dedicado a apoiar a implementação plena e eficaz do PoA e o Instrumento Internacional de Rastreamento (ITI, sigla em inglês). O projeto se estenderá até dezembro de 2025. O principal objetivo do projeto consiste em reforçar a paz e a segurança no âmbito internacional, regional e nacional, e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento sustentável através da inclusão da perspectiva de gênero no controle de armas pequenas e armamentos leves (UNODA, 2022).

O projeto possui uma abordagem transversal e baseia-se em três pilares: O primeiro refere-se ao avanço das discussões políticas em nível global, com vista para a quarta conferência de revisão e avaliação do progresso na implementação do PoA em 2024. O segundo envolve a implementação eficaz em nível nacional e regional do PoA e do Instrumento Internacional de Rastreamento. O terceiro abrange as políticas e programas de controle de armas pequenas e armamentos leves com uma perspectiva de gênero (UNODA, 2022).

⁵ *Arms Trade Treaty*

⁶ *International Tracing Instrument*

⁷ *Biennial Meetings of States*

⁸ *Meetings of Governmental Experts*

⁹ *Review Conferences*



Em relação ao acompanhamento da implementação, os relatórios nacionais fornecidos pelos Estados, são muitas vezes a única fonte de informação sobre os esforços dos Estados para implementação do Programa. Conforme observado na análise de Parker e Green (2012, p. 365-366), os estados nem sempre fornecem esclarecimentos ou informações detalhadas sobre sua implementação, o que torna difícil avaliar as medidas efetivamente adotadas e o cumprimento de seus compromissos.

O parágrafo II, 33 do PoA (UN, 2001a, p.13), enfatiza a importância da compilação e divulgação dos dados enviados pelos Estados de forma voluntária através dos relatórios nacionais. Embora o PoA não estabeleça a frequência com que os relatórios devem ser submetidos, nem especifique a natureza das informações a serem fornecidas ou o nível de detalhamento exigido, a maioria dos estados tem participado e apresentado seus relatórios (Parker; Green, 2012).

51

Até 2011, dos 158 Estados que assinaram o Programa de Ação, 35 ainda não haviam sequer apresentado o primeiro relatório. Durante os anos de 2003, 2005, 2008 e 2010, anos das reuniões bienais dos Estados (BMS), as atividades de relatórios foram mais intensas, com mais de 100 Estados reportando em cada um desses anos. No entanto, nos anos de 2009 e 2011 apenas 10 Estados submeteram os relatórios nacionais (Parker; Green, 2012, p. 3–5). De acordo com Efrat (2010), essa omissão dos países dificulta uma avaliação eficaz do PoA, uma vez que o mesmo é somente uma declaração política, não tem nenhuma força legal, é de caráter voluntário. Nos anos seguintes, houve uma diminuição no envio de relatórios, seguido de uma recuperação em 2018, ano da Terceira Conferência de Revisão, quando 120 estados submeteram seus relatórios.

Todas as atividades do projeto são implementadas com a coordenação do Centro Regional para a Paz e o Desarmamento na África (UNREC, sigla em inglês¹⁰), o Centro Regional para a Paz e o Desarmamento na Ásia e no Pacífico (UNRCPD, sigla em inglês¹¹) e o Centro Regional para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento na América Latina, América e o Caribe (UNLIREC), e em parceria com o UNIDIR e a IANSA (UNODA, 2022).

¹⁰ *United Nations Regional Centre for Peace and Disarmament in Africa*

¹¹ *United Nations Regional Centre for Peace and Disarmament in Asia and the Pacific*





A evolução do PoA

O processo de elaboração do Programa de Ação abrangeu o período de 2001 a 2008. A convite da Assembleia Geral das Nações Unidas, a primeira conferência sobre o tema ocorreu de 9 a 21 de julho de 2001, em Nova Iorque, com o nome “*United Nations Conference on the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects*”. A conferência reuniu Estados, ONGs e órgãos intergovernamentais e teve como objetivo aumentar a conscientização sobre a natureza e a gravidade dos problemas associados à fabricação e ao comércio ilícito de armas, mobilizando a vontade política internacional para fortalecer e desenvolver normas internacionais, regionais e nacionais para combater a fabricação e a venda ilícita de armas pequenas, principalmente em regiões pós-conflito. Além disso, a conferência visava estimular ações responsáveis por parte dos Estados no controle e prevenção da exportação, importação, trânsito e intermediações dessas armas (UN, 2001b). O Programa de Ação foi assinado durante o evento. Esse feito foi considerado um avanço político, pois os Estados conseguiram chegar a um consenso em relação a um tema sensível (Krause, 2002; Anders, 2007).

52

No entanto, várias outras medidas importantes ficaram de fora, incluindo a necessidade de um instrumento internacional sobre o controle do trânsito das armas pequenas e armamentos leves. A maioria dos Estados não possui controles específicos sobre o trânsito e a intermediação de armas pequenas. Esses controles geralmente representam a parte mais vulnerável da cadeia de controle de transferências, uma vez que muitas armas são desviadas do comércio legal para o ilícito. Outra medida que não se chegou a um acordo foi o controle de transferência para atores não estatais. Essa questão esbarra no receio, em alguns setores, de que a regulamentação das transferências poderia afetar o comércio legítimo e a posse por civis (que aliás, também foi uma medida sem consenso). O debate central gira em torno da legitimidade de realizar uma transferência quando a autorização do governo anfitrião dos atores não estatais não foi concedida. Alguns estados sustentaram que, em certos casos, tais transferências poderiam ser justificáveis, e, portanto, não se chegou a um consenso sobre a proibição de transferências não autorizadas (Biting the Bullet, 2006).

Segundo Goldring (2007), a oposição dos EUA prejudicou a construção de um Programa de Ação mais substancial, o que levou a críticas generalizadas ao país durante a Conferência. No início do evento, o discurso do Subsecretário de Controle de Armas e Segurança Internacional americano, John Bolton,





manifestou a oposição dos EUA a algumas medidas sugeridas pelo PoA. O governo dos EUA não aceita o controle sobre a fabricação legal ou comércio de armas de fogo e armas leves, assim como medidas que limitem o comércio apenas aos governos, não apoia a proibição de posse civil. Além disso, se opôs ao apoio dado ao papel das organizações não-governamentais dentro do programa e a qualquer revisão obrigatória estrutural (EUA, 2001).

O posicionamento dos Estados Unidos em relação às armas pequenas pode ser compreendido através da sua relação histórica com esse tema. O país possui uma cultura tradicionalmente armamentista, um exemplo disso, são as políticas de armas que historicamente estiveram presentes na sociedade, tanto antes quanto depois da Guerra Civil (Vechi, 2023, p. 25). Atualmente, a discussão central envolve a interpretação da Segunda Emenda Constitucional, que declara: "Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem-organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser impedido" (United States, 1791, n.p)¹². 53

Nesse contexto, organizações de lobby relacionadas às armas desempenham um papel significativo na defesa da Segunda Emenda no cenário político e na formação da opinião pública (Vechi, 2023). Segundo Vechi (2023, p. 26, 27), a principal articuladora da política pró-armas no país é a "National Rifle Association of America" (NRA), fundada em 1871. A associação conta com uma receita de milhões de dólares, proveniente das contribuições de seus associados, sendo que o orçamento do grupo para o ano de 2017 foi significativo, atingindo a cifra de aproximadamente US\$330 milhões. A influência política NRA está entrelaçada com a história das armas nos Estados Unidos.

Como garantia da continuidade do processo de implementação do PoA, os envolvidos sugeriram algumas ações como: a realização posterior de uma conferência de revisão do processo alcançado nos primeiros cinco anos de existência, além da realização de reuniões bienais de acompanhamento da implementação do Programa, bem como estudos preparatórios para avaliação da viabilidade de construção de um instrumento internacional para marcação e a identificação de armas contrabandeadas e pela adoção de outras práticas adequadas para o alcance dos objetivos propostos pelo PoA (UN, 2001a).

¹² Livre tradução: "A well-regulated Militia, being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear Arms, shall not be infringed."





Seguindo as recomendações estabelecidas pela conferência de 2001, nos anos de 2003 e 2005, foram realizadas as reuniões bienais de acompanhamento da evolução do *framework*. (UNGA, 2003; UNGA, 2005). A primeira reunião bienal foi composta por dez sessões realizadas em Nova Iorque, entre os dias 7 e 11 de julho. Contou com 138 países, além de organizações divididas entre entidades governamentais internacionais e regionais. Foram submetidos para discussões centenas de relatórios nacionais, relatórios das agências da ONU e de outras entidades envolvidas na implementação do Programa de Ação. A partir da submissão dos relatórios, ocorreram debates sobre o avanço e desafios. Em síntese, o encontro foi uma avaliação dos progressos realizados durante o período de 2001 a 2003 (UNGA, 2003).

A segunda Bienal¹³, aconteceu entre os dias de 11 e 15 de julho de 2005, o encontro foi marcado por debates de temas importantes para o sucesso do PoA. Temas como, por exemplo, a coleta e a destruição de 54 armas, o gerenciamento de estoque, o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, a capacitação e a mobilização de recursos, a construção de institutos, a Marcação e rastreamento, o combate ao terrorismo, ao crime organizado, ao tráfico de drogas e minerais preciosos, o controle de importação/exportação e a intermediação das armas, o desenvolvimento Humano, a sensibilização pública e cultura da paz, as preocupações relacionadas à violência potencializada pelo fácil acesso a armas pequena, afetando grupos vulneráveis como crianças, mulheres e idosos, etc. (UNGA, 2005, p.7-9).

Ainda em 2005, o Instrumento Internacional de Rastreamento entrou em vigor, estabelecendo medidas que incluem a criminalização da fabricação ou venda de armas pequenas ilícitas, fortalecendo a capacidade de investigar as transferências no contexto do crime organizado transnacional. No entanto, o documento não abrange certos tipos de armas e sua transferência entre Estados em caso de ameaça à segurança nacional. Além disso, não é um documento universal e não inclui armas pequenas no contexto de conflito armado ou em situações pós-conflito (Anders, 2007, Parker; Wilson, 2012).

Durante a conferência de 2006, poucos avanços foram alcançados. Países como os EUA, China, Índia, Rússia, Israel, Paquistão, Cuba e Irã, que durante anos discordaram de medidas sugeridas ao combate do comércio ilícito de armas pequenas, opuseram-se às novas medidas propostas por outro bloco de países,

¹³ Informações adicionais relacionadas a segunda bienal estão disponíveis para consulta no site: <http://www.un.org/events/smallarms2005/>. Último acesso em 16.mar.2023.





formado por Estados da Europa, América Latina, Pacífico e África Subsaariana. As novas medidas sugeriram um grau mais alto de regulamentação internacional ao comércio de armas, como também interferência na legislação nacional e nas práticas de segurança nacionais, principalmente em áreas importantes como, os controles e padrões de transferências, munição e a posse para civis (Anders, 2007).

Os entraves foram resolvidos por decisão do presidente da conferência, Prasad Kariyawasam, que resolveu aplicar uma interpretação rígida do consenso como unanimidade, isso permitiu que um pequeno número de Estados exercesse vetos sobre as decisões da maioria, isso justifica as poucas modificações realizadas no conteúdo programático e nos compromissos adotados no congresso anterior (Goldring, 2007).

No entanto, mesmo com tantas discórdias, duas resoluções foram adicionadas pela Assembleia Geral em 2006. A primeira estabeleceu um grupo de peritos governamentais para desenhar até 2008 um instrumento inclusivo e legal que ligue o comércio internacional às armas pequenas e armamentos leves. Tal resolução foi um passo em direção a um Tratado para o comércio de armas. A segunda mirou a acumulação de munições convencionais em excesso e outro grupo de peritos governamentais foi designado para estudar passos adicionais na cooperação e controle de estoque (Anders, 2007).

De acordo com Anders (2007), entre os anos de 2001 e 2006, poucos Estados estabeleceram controles nacionais para comércio e fabricação de armas, conforme aconselhado pela ONU, também há pequena evidência de cooperação internacional no combate às intermediações ilícitas das armas. A ONU confiou que os grupos de peritos governamentais formados em 2006, poderiam promover contribuições importantes promovendo ações adicionais nestas áreas (Anders, 2007). Embora progressos com os controles de transferências nacionais tenham se mostrado lentos, nota-se melhorias nos controles de transferências nas fronteiras, com uma série de compromissos regionais que começaram a ser implementados (Biting the Bullet, 2006).

A segunda conferência de revisão do PoA aconteceu em 2012, tinha como objetivo principal rever o processo de implementação do Programa de Ação e o Instrumento Internacional de rastreamento e identificar as melhores práticas, as lacunas e dificuldades de implementação no nível nacional e internacional. Com base nos relatórios fornecidos pelos Estados, foi possível identificar esforços no combate ao comércio ilícito de armas pequenas, na implementação do PoA e no Instrumento Internacional de Rastreamento (Parker; Green, 2012).





No nível nacional, 168 Estados estabeleceram um ponto de contato nacional (NPC, sigla em inglês¹⁴); 124 Estados afirmaram que regulam e controlam a fabricação de armas ligeiras e as indústrias asseguram a marcação de certas armas que facilitam o rastreamento. A maioria dos países exportadores possuem um sistema que controla a exportação, bem como os Estados importadores também controlam e regulam a importação autorizada de armas ligeiras (Parker; Green, 2012).

Em todas as regiões foram observados esforços crescentes para o desenvolvimento e a melhora na capacidade de gerenciar o estoque e a segurança de armas pequenas e munições. Na Europa Oriental e Sul, por exemplo, foram criados grandes projetos para a destruição excessiva tanto de armas como de munições. Por outro lado, a maioria dos Estados continuaram não marcando armas no momento da importação, quase a metade dos países não mantêm registros, os controles de trânsito são menores do que os controles de exportações e poucos países regulamentaram as atividades de corretores (Parker; Green, 2012). 56

A partir de uma sugestão do CSNU em 2007, o Secretário Geral, Ban Ki-moon, apresentou 3 relatórios nos anos seguintes, 2008, 2011 e 2013. Os relatórios trouxeram um balanço dos problemas da época relacionados com o controle e regulamentação das armas pequenas, que caberia ao Conselho discutir e sugerir medidas de soluções aos problemas. Além disso, os relatórios fornecem recomendações de melhorias e prevenção na área de atuação do CSNU (CSNU, 2013; CSNU, 2011; CSNU, 2008).

Na Quinta Reunião Bienal-BMS5, em 2014, os países participantes chegaram à conclusão de que, mesmo com os recentes desenvolvimentos no campo da gestão de estoques de armas e munições, ainda há a necessidade de melhorias, como medidas de segurança física e um bom gerenciamento, principalmente em situações de conflitos e pós-conflitos. Além disso, reconheceram a necessidade de assistência internacional de cooperação, seja ela de órgãos oficiais do governo ou de organizações não governamentais (AGNU, 2014).

Os países também reconheceram os esforços do Conselho de Segurança, que intensificou o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como outros programas nacionais relevantes. Destacaram a importância do compartilhamento de experiências, pesquisas e informações no campo entre

¹⁴ *National Point of Contact*





os Estados. Além disso, defenderam a criação de leis nacionais e o descarte de excedentes de armas (AGNU, 2014).

A segunda reunião de especialistas governamentais - MGE2015, ocorreu em 2015, e abordou diversos aspectos relacionados à marcação, registro e rastreamento de armas pequenas, com foco na evolução tecnológica. O uso crescente da tecnologia de impressão 3D na produção de armas, incluindo armas de polímero e metal, levantando preocupações sobre sua confiabilidade e facilidade de transporte (Vlad Lupan, 2015).

Os métodos tradicionais de marcação de armas não seriam mais adequados para o tipo de material usado na fabricação de armas feitas de polímero, o que apresenta desafios de durabilidade e rastreamento. Várias opções foram consideradas, incluindo a estampagem em partes metálicas da arma e o uso de etiquetas metálicas. No entanto, nenhum método se mostrou ideal, e alguns Estados pediram mais consultas com fabricantes para encontrar soluções eficazes e econômicas. Entretanto ocorreu uma divisão técnica entre Estados que utilizam novas tecnologias e aqueles que não o fazem, enfatizando que os métodos tradicionais de marcação e rastreamento continuam sendo confiáveis (Vlad Lupan, 2015).

57

Além disso, o encontro também discutiu sobre a marcação de armas modulares, que podem ter várias partes substituíveis, levando a diferentes números de série na mesma arma, o que aumenta o risco de identificação errada. E destacou aspectos essenciais relacionados à cooperação internacional e assistência para a implementação eficaz do Programa de Ação e do Instrumento Internacional de Rastreamento (Vlad Lupan, 2015).

A Sexta Reunião Bienal - BMS6, aconteceu em Nova Iorque, entre de 6 a 10 de junho de 2016, presidida pelo Embaixador Courtenay Rattray da Jamaica, foi a última reunião antes da 3ª Conferência de Revisão de 2018 - RevCon3. A BMS6 não apenas abordou as atualizações e avaliações das medidas financeiras e técnicas na implementação do PoA, mas também se concentrou nas implicações dos avanços tecnológicos na fabricação das armas pequenas e suas implicações para a eficácia da implementação do ITI, como discutido no ano anterior no MGE2015, além de reforçar o impacto negativo do comércio ilícito de armas pequenas no aumento da violência global. Outro destaque na reunião que merece ser mencionado é a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que incorporou metas para reduzir fluxos ilícitos de armas até 2030, alinhando com os objetivos do Programa de Ação (UNGA, 2016).





Os Estados participantes na Terceira Conferência de Revisão sobre o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Leves - RevCon3, reafirmaram seu compromisso com a aplicação do Programa de Ação e do ITI e reconheceram, mais um vez, os impactos humanitários e socioeconômicos do tráfico ilícito de armas, incluindo conflitos, terrorismo e deslocamento de civis, destacando a importância da cooperação internacional para preveni-lo. Apontaram progressos, mas também desafios na implementação, sublinhando a necessidade de recursos e capacidades adequados. Enfatizaram a relação entre a aplicação desses instrumentos e o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UNGA, 2018).

No encontro, foram abordados vários pontos relacionados ao comércio ilícito de armas pequenas e leves como, a preocupação com o impacto negativo na vida de mulheres. Além disso, ressalta-se a necessidade de fortalecer a participação das mulheres e incorporar aspectos de gênero nas iniciativas de execução do Programa. O encontro ocorreu em Nova Iorque de 18 a 29 de junho de 2018, o Presidente designado foi o Embaixador francês Jean-Claude Brunet (UNGA, 2018).

58

Os 20 anos do PoA foram marcados pela Sétima Reunião Bienal - BMS7, entre os dias 26 e 30 de julho de 2021, ocorreu online devido à pandemia de COVID-19, o Presidente da Conferência BMS7 2021 foi Sua Excelência o Sr. Martin Kimani, PhD, EBS, do Quênia. A BMS7 abordou questões importantes, como gênero, munições, desvio de armas, marcação e rastreamento de armas pequenas e gestão de estoques (IANSA, 2021).

Durante a Reunião houve progressos significativos no trabalho relacionado ao gênero. O PoA agora inclui clivagens sobre a coleta de dados para analisar os impactos do uso de armas pequenas e leves em relação ao gênero, idade e deficiência. Além disso, foi ressaltado a necessidade da participação igualitária, plena e eficaz das mulheres, em funções de liderança e como agentes de mudança, em todos os processos, mecanismos e fóruns de política, planejamento e implementação, em todos os níveis relacionados à implementação do Programa de Ação. Embora muitos estados apoiem a participação das mulheres nos processos de controle de armas, o progresso ainda é lento e desigual. Em relação às munições, houve um impasse, com alguns estados opondo-se à discussão das munições no contexto do PoA. No entanto, ficou acordado mais diálogo entre os Estados a esse respeito (IANSA, 2021).

A Oitava Reunião Bienal dos Estados - BMS8, foi convocada em Nova Iorque, de 27 de junho a 1 de julho de 2022, foram avaliadas medidas relacionadas à implementação do Programa de Ação e do ITI. Um





dos temas relevantes discutido nessa reunião foi o reconhecimento das implicações das novas tecnologias para o fortalecimento do ITI. Os Estados reforçaram a importância de cooperar com o setor privado e a indústria no desenvolvimento de tecnologias que aprimorem a marcação, registro, rastreamento e o armazenamento seguro de armas pequenas e leves (UNGA, 2022).

Além disso, enfatizaram a necessidade de aproveitar oportunidades proporcionadas por tecnologias recentes, como códigos de matriz de dados, identificação por radiofrequência e biometria, para melhorar a identificação e o registro de armas. A reunião também promoveu a troca de informações sobre desenvolvimentos na fabricação de armas, incluindo armas de polímero e modulares, e armas produzidas por impressão 3D. Por fim, os Estados comprometeram-se a reforçar os esforços para implementar os compromissos de marcação, registro e rastreamento contidos no ITI, independentemente dos materiais ou métodos de fabricação das armas. A reunião foi dirigida pelo Embaixador filipino Enrique A. Manalo (UNGA, 2022).

59

A quarta Conferência de Revisão do Programa de Ação (RevCon4) está agendada para acontecer em Nova Iorque de 17 a 28 de junho de 2024. A RevCon4 se baseará em tópicos discutidos em encontros anteriores (2018, 2021 e 2022), como a prevenção e combate ao desvio e à transferência internacional ilícita para destinatários não autorizados, bem como a cooperação e assistência internacional. Também será analisada a questão dos relatórios voluntários nacionais e formas de abordar o impacto das novas tecnologias, entre outros temas (UNODA, [s.d.]).

Nos meses de junho, julho e setembro de 2023, a UNODA disponibilizou uma série de atividades com o apoio da União Europeia como parte dos esforços para auxiliar os Estados-Membros a se prepararem para o evento. As atividades incluem uma série de mesas-redondas com especialistas em temas como cooperação internacional, novas tecnologias, integração do controle de armas nos processos de desenvolvimento e estabelecimento voluntário de metas nacionais e regionais. As discussões foram documentadas em um relatório de recomendações que será divulgado antes da próxima reunião (UNODA, [s.d.]).

Outra iniciativa financiada pela União Europeia é o Programa de Patrocínio para Participação na RevCon4. O programa tem como objetivo garantir a representação dos países afetados pela proliferação de armas na RevCon4, dando prioridade principalmente aos países menos desenvolvidos e comprometidos com a implementação do PoA. O patrocínio inclui passagens aéreas de ida e volta e despesas de viagem de acordo





com as regras da ONU para até 15 funcionários governamentais. Na região Ásia-Pacífico, a UNRCPD lançou, em outubro de 2023, uma série de seminários virtuais com o objetivo de ajudar os representantes nacionais a definirem estratégias para a prevenção do tráfico ilícito de armas. Em janeiro de 2024, os representantes nacionais da região se reunirão presencialmente para compartilhar informações e discutir desafios comuns (UNODA, [s.d]).

Considerações Finais

A violência gerada pela proliferação de armas de fogo demonstrou-se como uma problemas que transcende fronteiras e afeta indivíduos e comunidades em todo o mundo, reforçando a necessidade internacional de criar ações conjuntas de combate ao tráfico de armas, por isso a criação do PoA foi importante para a segurança internacional.

O PoA foi o primeiro acordo político no que diz respeito ao controle de armas de fogo, que mesmo sem possuir valor legal, representa um esforço coletivo na abordagem global para regulamentar, controlar e reduzir a proliferação de armas de fogo, armamentos leves e munições. Desde a sua criação tem evoluído para encontrar caminhos que fortaleçam a cooperação internacional, a transparência na fabricação e transferência de armas, em uma área complexa que esbarra na soberania e autonomia dos Estados nas decisões em relação à regulamentação e controle de armas dentro de suas fronteiras, caracterizando o principal desafio de implementação, manutenção e deficiência do programa.

Outro desafio é a abrangência e complexidade do tema, que exigiu do programa constantes revisões e adaptações ao longo dos anos para abranger um território maior de temas e medidas, abrindo caminhos para instrumentos complementares, como o Tratado sobre o Comércio de Armas e o Instrumento Internacional de Rastreamento ITI, o que valida a importância do PoA dentro do segmento de controle de armas de fogo no mundo.





Referências

AGNU, Naciones Unidas Asamblea General. Informe de la Quinta Reunión Bienal de los Estados para Examinar la Ejecución del Programa de Acción: a/conf.192/bms/2014/2*. Nueva York: Naciones Unidas, 2014. Disponível em:

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/444/80/PDF/N1444480.pdf?OpenElement>.

Acesso em: 10 out. 2022.

ANDERS, Holger. The UN Process on Small Arms: All Is Not Lost. *Arms Control Today*, S.L., v. 37, n. 2, p. 17-21, mar. 2007. Anual. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2007-03/features/un-process-small-arms-not-lost>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BITING THE BULLET. Reviewing action on small arms 2006: assessing the first five years of the un programme of action. Ottawa: Biting The Bullet, 2006. Disponível em: <https://www.international-alert.org/wp-content/uploads/2021/09/Security-Small-Arms-Review-2006-EN-2006.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000a. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3665.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.665%2C%20DE%20. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasil. Cartilha de armamento e tiro. Brasília: Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/armas/cartilha-de-armamento-e-tiro.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021. Altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados. Decreto Nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021. Brasília, DF, 12 fev. 2021c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10627.htm#art4. Acesso em: 24 fev. 2023.

CSNU, Consejo de Seguridad Naciones Unidas. RESOLUCIÓN 1209 (1998) S/RES/1209: aprobada por el consejo de seguridad en su 3945 sesión, celebrada el 19 de noviembre de 1998. Nueva York: ONU, 1998. Disponível em:





[https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1209\(1998\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1209(1998)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 17 out. 2023.

CSNU, Consejo de Seguridad Naciones Unidas. Armas pequeñas: informe del secretario general. s/2008/258. Nueva York: Naciones Unidas, 2008. Disponível em: <http://undocs.org/es/S/2008/258>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CSNU, Consejo de Seguridad Naciones Unidas. Armas pequeñas Informe del secretario general: s/2011/255. Nueva York: Naciones Unidas, 2011. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/289/75/PDF/N1128975.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CSNU, Consejo de Seguridad Naciones Unidas. Armas pequeñas Informe del secretario general: s/2013/503. Nueva York: Naciones Unidas, 2013. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/425/03/PDF/N1342503.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 out. 2022.

DANCZUK, Josef. The Global Spread of Arms: the link between state collapse, small arms proliferation. *Military Review*, [s. l], v. 96, n. 5, p. 42-50, set. 2016. Trimestral. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2016/#>. Acesso em: 06 dez. 2021.

EFRAT, Asif. Toward Internationally Regulated Goods: controlling the trade in small arms and light weapons. *International Organization*, [S.L.], v. 64, n. 1, p. 97-131, jan. 2010. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818309990257>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/toward-international>. Acesso em: 22 dez. 2022.

EUA, Estados Unidos da América. Discurso do Plenário para a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas Leves e Peq. 2001. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/t/us/rm/janjuly/4038.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GREENE, Owen. Small arms, global challenge: the scourge of light weapons. *Global Dialogue*, Nicosia, v. 1, n. 2, p. 32-44, jan. 1999. Anual. Disponível em: <https://globaldialogue.isa-sociology.org/>. Acesso em: 06 nov. 2017.





GOLDRING, Natalie. The 2006 Review Conference on Small Arms and Light Weapons: A Study in Frustration. *Disarmament Diplomacy*. S.L., p. 0-0. mar. 2007. Disponível em: <http://www.acronym.org.uk/old/archive/textonly/dd/dd84/84ng.htm>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IANSA, International Action Network on Small Arms. *Guía Rápida: Resultados de la Séptima Reunión Bienal de los Estados para Examinar la Ejecución del Programa de Acción (PoA)*. New York: Iansa, 2021. Disponível em: <https://iansa.org/seventh-biennial-meeting-of-states-on-the-united-nations-programme-of-action-on-small-arms/>. Acesso em: 11 set. 2023.

HARTUNG, William D. *International Arms Trade*. In: WILLIAMS, Paul D.; MCDONALD, Matt. *Security studies: an introduction*. 3. ed. Oxford: Routledge, 2018. p. 467-481.

KARP, Aaron. *Estimating Global Civilian Held Firearms Numbers: briefing paper*. Geneva: The Small Arms Survey, 2018. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/resources/SAS-BP-Civilian-Firearms-Numbers.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023. **63**

KRAUSE, Keith. *Multilateral Diplomacy, Norm Building, and UN Conferences: the case of small arms and light weapons*. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 247-263, 28 jul. 2002. Brill. <http://dx.doi.org/10.1163/19426720-00802009>. Disponível em: https://brill.com/view/journals/gg/8/2/article-p247_9.xml. Acesso em: 25 ago. 2017.

MICHAELIS. S.L: *Melhoramentos*, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arma/>. Acesso em: 01 set. 2023.

NASSER, Reginaldo M. *Os Estados Unidos e o Crime Transnacional na América do Sul: Aspectos Históricos e Contemporâneos*. In: NASSER, Reginaldo M.; MORAES, Rodrigo Fracalossi. *Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e o atlântico sul*. Brasília: Ipea, 2014. p. 145.

OMS, Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014*. Tradução do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo 2015. [S.l.] disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015>. Acesso em: 01 out. 2022.

ONU, Organização das Nações Unidas. *O tráfico de armas é discutido no Conselho de Segurança da ONU*. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/159865-tr%C3%A1fico-de-armas-%C3%A9-discutido-no-conselho-de-seguran%C3%A7a>. Acesso em: 17 jul. 2023.





PARKER, Sarah; GREEN, Katherine. A Decade of Implementing the United Nations Programme of Action on Small Arms and Light Weapons: analysis of national reports. Geneva: United Nations, 2012. Disponível em: <https://unidir.org/sites/default/files/publication/pdfs//a-decade-of-implementing-the-unpoa-analysis-of-national-reports-en-301.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

PARKER, Sarah; WILSON, Marcus. A Guide to the UN Small Arms Process 2016 Update. 3. ed. Genova: The Small Arms Survey, 2016. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/resources/UNSA%20TEXT%20WEB.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2022.

SILVA, Daniele Dionisio da. Circulação de armas e a ausência de uma gestão integrada: uma análise de modelos de políticas públicas à luz do caso brasileiro. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S.L.], v. 9, n. 17, p. 201-234, 29 jun. 2020. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/rmufgd.v9i17.11011>. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 26 nov. 2022. **64**

SILVA, Erika Gislene da. A Implementação do Programa de Ação das Nações Unidas Contra o Comércio Ilegal de Armas: Uma Análise da Iniciativa Brasileira. Dissertação de mestrado, Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo. 2023. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/listaTrabalhoConclusao.jsf>. Acesso em 01 mai. 2024.

STOHL, Rachel. Spreading weapons of individual destruction. In: STOHL, Rachel; SCHROEDER, Matt; SMITH, Dan. The Small Arms Trade: a beginner's guide. Oxford: Oneworldoxford, 2007. p. 11-21.

UN, United Nations. Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on Their Destruction. 1997. Disponível em: <https://www.apminebanconvention.org/en/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

UN, United Nations. Report of the United Nations Conference on the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All: a/conf.192/15. New York: United Nations, 2001a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/445447>. Acesso em: 10 out. 2023.





UN, United Nations. Report of the United Nations Conference on the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All: a/conf.192/l.5/rev.1. New York: United Nations, 2001b. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/507/20/PDF/N0150720.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 jan. 2023.

UN COMTRADE. Database. 2023. UN. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

UNDP - United Nations Development Programme. Small Arms and Light Weapons. Essentials, n. 9, Oct. 2002. Disponível em: <http://reliefweb.int/report/world/undp-practice-area-crisis-prevention-and-recovery-synthesis-lessons-learned-small-arms>. Acesso em 04 ago. 2022.

UNGA, United Nations General Assembly. Small arms Note by the Secretary-General: a/52/298(1997). New York, 1997a. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Disarm%20A542>. Acesso em: 21 fev. 2023.

65

UNGA, United Nations General Assembly. Report of the Secretary-General - The illicit trade in small arms and light weapons in all its aspects: A/71/438-A/CONF.192/BMS/2016/1. New York: United Nations, 2016. Disponível em: <https://disarmament.unoda.org/convarms/salw/small-arms-related-reports-of-the-secretary-general>. Acesso em: 03 set. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. Report Of the Panel of Governmental Experts on Small Arms. General And Complete Disarmament: Small Arms. New York: United Nations, 1997b. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/research/disarmament/dualuse/pdf-archive-att/pdfs/un-repor>. Acesso em: 08 jan. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. Small Arms Note by the Secretary-General: a/54/258. New York: United Nations, 1999. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/243954>. Acesso em: 21 mars. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. Report of the United Nations First Biennial Meeting of States to Consider the Implementation of the: a/conf.192/bms/2003/1. New York: United Nations, 2003. Disponível em:

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/436/04/PDF/N0343604.pdf?OpenElement>.

Acesso em: 10 mar. 2023.





UNGA, United Nations General Assembly. Report of the Second Biennial Meeting of States to Consider the Implementation of the Programme of A: a/conf.192/bms/2005/1. New York: United Nations, 2005. Disponível em: [https://static.un.org/events/smallarms2005/report%20\(e\).pdf](https://static.un.org/events/smallarms2005/report%20(e).pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly. Report of the Secretary-General - The illicit trade in small arms and light weapons in all its aspects: A/71/438–A/CONF.192/BMS/2016/1. New York: United Nations, 2016. Disponível em: <https://disarmament.unoda.org/convarms/salw/small-arms-related-reports-of-the-secretary-general>. Acesso em: 03 set. 2023.

UNGA, United Nations General Assembly (New York). Report of the third United Nations Conference to Review Progress Made in the Implementation of the P: a/conf.192/2018/rc/3. New York: United Nations, 2018. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1637331>. Acesso em: 10 set. 2023.

66

UNGA, United Nations General Assembly. Report of the Eighth Biennial Meeting of States to Consider the Implementation of the Programme of Action to Prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects: a/conf.192/bms/2022/1. New York: United Nations, 2022. Disponível em: <https://meetings.unoda.org/poa-salw-bms/programme-action-small-arms-and-light-weapons-eighth-biennial-meeting-states-2022>. Acesso em: 10 set. 2023.

UNODA, United Nations Office for Disarmament Affairs. UNODA Meetings Place. [s.d.]. Disponível em: <https://meetings.unoda.org/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

UNODA, United Nations Office for Disarmament Affairs. Preparations for RevCon4 – Thematic Expert Webinars. [s.d.]. Disponível em: <https://disarmament.unoda.org/2023/10/05/information-bulletin-issue-no-10-october-2023/>. Acesso em: 17 out. 2023.

UNODA, United Nations Office for disarmament affairs. Apoyo al Programa de Acción de las Naciones Unidas para Prevenir, Combatir y Erradicar el Tráfico Ilícito de Armas Pequeñas y Ligeras en Todos Sus Aspectos. S.L: United Nations, 2022. Disponível em: <https://disarmament.unoda.org/unpoa-project-2025/>. Acesso em: 04 set. 2023.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. The Globalization of Crime: a transnational organized crime threat assessment. Vienna: United Nations Publications, 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//noticias/2010/06/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.





UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Homicide 2019. Vienna: United Nations, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Firearms Trafficking, 2020. Vienna: United Nations, 2020. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/firearms-protocol/firearms-study.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. UNODC Research - Data Portal – Firearms Trafficking. 2023. DadosUNODC. Disponível em: <https://dataunodc.un.org/dp-firearms-arms-seized>. Acesso em: 17 jul. 2023.

VECHI, Fernando. Neoconservadorismo, política e armas: a literatura e as organizações pró-armas dos Estados Unidos e a sua influência nos discursos da bancada da bala no Congresso Nacional. 2023. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/24662/1/000505066-Texto%2bcompleto-0.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023. **67**

VLAD LUPAN. United Nations. Programme of Action on Small Arms and Light Weapons Second Open-ended Meeting of Governmental Experts 2015: chair's summary. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://disarmament.unoda.org/convarms/past-meetings/>. Acesso em: 07 set. 2023.

